

MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: UM ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Neuma Aguiar

O estudo da participação de mulheres latino-americanas em atividades remuneradas teve início através de uma extensão das perspectivas marxistas sobre o desenvolvimento para incluir dentro destas a análise do trabalho feminino, situando a questão dentro da dinâmica do crescimento do modo de produção capitalista e seu impacto sobre outros modos de produção. Pouca atenção é concedida ao estudo de outras dimensões que condicionam o trabalho feminino remunerado, dentre as quais se destacam as normas que a sociedade gera para regular o fato material que consiste na capacidade de reprodução biológica. A sociedade regula as oportunidades de contato entre pessoas de sexos opostos ou do mesmo sexo, tendo em vista a sua reprodução, no sentido imediato do termo (Farias, 1979; Marulando, 1982). Com este fim são geradas normas que regulam o comportamento das mulheres desde a menstruação até a menarca. O controle social sobre as mulheres tem sido mais rígido do que o que se exerce com relação aos homens, pois estas têm portado consigo as conseqüências do ato sexual. O efeito regulatório é acrescido pela capacidade que as mulheres possuem de amamentar. As normas geradas com este fim, freqüentemente segregam as mulheres no espaço doméstico, dificultando seu acesso a outras esferas pelo tempo que necessitam despende nas atividades aí desenvolvidas. A tecnologia que ora se coloca ao

[Resenha publicada no BIB n. 16/1983.]

dispor da dissociação entre o exercício da sexualidade e o da reprodução humana possibilita uma reflexão crítica sobre as formas de controle social que se efetuam quando esta dissociação ainda se produz de modo muito imperfeito. A análise do trabalho não deve, portanto, dissociar-se da dimensão de gênero. O propósito deste ensaio é elaborar uma revisão da produção acadêmica efetuada até recentemente sobre o trabalho feminino, como uma forma de demonstrar a associação entre aquelas dimensões pela especificidade da inserção das mulheres na força de trabalho.

As análises marxistas sobre o desenvolvimento da força de trabalho feminina na América Latina, até recentemente, adotaram um rígido modelo de determinismo tecnológico derivado do estudo histórico da Revolução Industrial. Análises empíricas ou demográficas do mesmo tema seguem de perto a perspectiva da análise marxista, pois também concedem grande ênfase aos efeitos do desenvolvimento das forças produtivas no trabalho feminino.¹

Neste ensaio será revisto um conjunto de estudos sobre as mulheres na força de trabalho na América Latina, onde se destacam duas questões centrais. A primeira tem a ver com os padrões de incorporação das mulheres na agricultura e na indústria. O modelo clássico preconiza que uma diminuição progressiva da participação feminina no início do processo de industrialização é substituída por uma tendência para o aumento da mesma participação. Estas proposições serão detalhadas mais adiante em conjunto com os casos que as modificam. A segunda questão tem a ver com a continuidade da revolução tecnológica quando se acredita que a mulher é paulatinamente marginalizada do processo de industrialização, constituindo um exército industrial de reserva ou um mercado informal de trabalho. Minha contenção é a de que estes conceitos vêm sendo aplicados para retratar um número demasiadamente amplo de situações pertinentes ao trabalho feminino, a tal ponto que torna-se impossível retratar as mudanças que este sofre com o processo de desenvolvimento sócio-econômico. Sugere-se como alternativa de análise e especificação do contexto doméstico como um espaço produtivo, derivando-se subseqüentemente as conseqüências políticas deste enfoque.

1. Uma resenha destes trabalhos pode ser obtida através das contribuições de Alive de Paiva Abreu, Maria da Glória Ribeiro e Paola Cappelin, *A Força de Trabalho Feminina em Áreas Urbanas na América Latina*, trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978.

O padrão de incorporação de mulheres na força de trabalho: análises marxistas e demográficas

De acordo com análises marxistas, o padrão de incorporação de mulheres na força de trabalho segue um processo de transformação segundo etapas históricas, da mesma forma que o desenvolvimento da força de trabalho em geral. Na primeira etapa as atividades de subsistência dão lugar às manufaturas caseiras e ao pequeno comércio (Madeira e Singer, 1973: 2). Na segunda etapa as manufaturas e pequeno comércio são substituídos por fábricas modernas, lojas de grande porte, armazéns e supermercados (Madeira e Singer, 1973: 2). Acompanhando as etapas do desenvolvimento técnico, ocorrem movimentos populacionais. Na primeira, dá-se um movimento do campo para a cidade. Na segunda etapa, o movimento se processa para fora do âmbito doméstico (Madeira e Singer, 1973: 4).

Associadas às tendências macrosociais, processam-se mudanças com relação à participação de mulheres na força de trabalho. Quando o processo de industrialização tem início e existe um grande número de atividades manufatureiras e comerciais, a agricultura ainda constitui a principal atividade produtiva. Todos estes processos possibilitam uma alta participação de mulheres na força de trabalho, uma vez que atividades domésticas podem facilmente ser combinadas com atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras. Em uma segunda etapa, a economia agrária se capitaliza, um grande número de pessoas principia a deixar o pequeno comércio e as indústrias caseiras, ao mesmo tempo em que se amplia o processo de migração das áreas rurais para as áreas urbanas. Nesta etapa, os homens tomam os lugares das mulheres nas grandes fazendas (Madeira e Singer, 1973: 56; Miranda, 1977: 262) e a participação de mulheres na força de trabalho tende a decrescer (Madeira e Singer, 1973: 3; Miranda, 1977: 262). Em uma terceira etapa, o desenvolvimento das forças produtivas atinge um ponto que permite a liberação das mulheres do contexto doméstico. A participação de mulheres tende novamente a crescer, localizando-se principalmente no setor de serviços, que se amplia como consequência da expansão industrial (Madeira e Singer, 1973: 3).

Análises macroestatísticas seguem o mesmo tipo de interpretação do que a elaborada em conjunto por Madeira e Singer (1973) quando postulam que a participação feminina na força de trabalho é decorrente do processo de industrialização, podendo ser descrita por uma curva que toma o formato de um U (Lattes e Wainerman, 1977). Tanto

análises regionais, quanto as que destacam países em particular, têm empregado este mesmo modelo, revisto em detalhe por Lattes e Wainerman que procuram aplicá-lo ao caso da Argentina. Dalma Del Valle Vargas (1977) aponta para o caso peruano como seguindo as mesmas tendências que o caso argentino, porém de forma atenuada, no que diz respeito a uma elevação inicial das taxas de participação feminina na população economicamente ativa, seguida por uma queda brusca.

Cisneros (1978) elabora um breve histórico do modelo estatístico desenvolvimentista, argumentando que a curva em U se estende para englobar a Bolívia, apesar de sua aplicação ao caso ter sido posta em dúvida pela literatura pertinente (Durand, 1975) quanto à descrição da participação feminina na força de trabalho (Lattes e Wainerman, 1977: 310).

Agora torna-se possível analisar as objeções que têm sido levantadas com relação ao emprego deste padrão para a análise do trabalho feminino. A primeira tem a ver com o fato de que este se diferencia de tal maneira do masculino que não pode ser analisado segundo uma mesma forma global para ambos os gêneros, como demonstram os trabalhos de Leal e Deere (1978). Assim, embora o desenvolvimento tecnológico possa provocar a expulsão masculina da esfera doméstica, o mesmo não se dá com relação às mulheres, dadas as atribuições do gênero feminino.

A segunda objeção refere-se à diminuição da participação das mulheres na agricultura de acordo com o deflagrar do processo de industrialização. Madeira e Singer (1973: 56-7) são os primeiros a concluir que, ao contrário do esperado, a participação feminina na atividade agrícola tende a aumentar, graças ao crescimento das atividades de subsistência. Os autores apontam para a precariedade dos dados com relação à participação feminina na estrutura agrária, uma observação corroborada por trabalhos relacionados com a Argentina (Sautu, 1978), Paraguai (Galeano, 1977; Vera e Laird, 1978), Uruguai (Prates e Taglioretti, 1978), Colômbia (Leal e Deere, 1978) e México (Rendon e Pedrero, 1975).

Vera e Laird (1978), utilizando cinco marcos referenciais de tempo nas entrevistas que efetuaram com mulheres, elaboraram uma relação pré-codificada de atividades econômicas rentáveis no contexto rural, distinguindo o trabalho a domicílio do trabalho doméstico.

Através desta medida identificaram que 86% das mulheres entrevistadas realizavam alguma atividade rentável, em dinheiro, na semana de referência, no ano de 1977. Tanto a amostra de domicílios quanto o censo do Paraguai foram realizados na estação do ano característica por um decréscimo de atividades remuneradas, porém o censo, em 1972, classificara apenas 24% das mulheres como economicamente ativas.

A terceira questão tem a ver com a progressiva substituição do trabalho artesanal e doméstico pelo assalariado.

Madeira e Singer (1973) não chegam a demonstrar o pressuposto que sustentam segundo o qual as ocupações do tipo artesanal e doméstico são eliminadas pela industrialização capitalista, expulsando um número substantivo de mulheres da atividade econômica (p. 59). Jelín (1978: 23-4) elabora uma resenha de vários trabalhos realizados em cidades específicas da América Latina, cujos achados se contrastam com o pressuposto acima referido, uma vez que a participação de mulheres na pequena produção mercantil, no pequeno comércio ambulante e no emprego doméstico é muito alta, chegando a compreender mais da metade dos trabalhadores no setor. Isto nos leva a inferir que as atividades na pequena produção mercantil e no emprego doméstico permanecem importantes para as mulheres, com o crescimento urbano e o desenvolvimento capitalista industrial. Madeira (1977) reviu subsequenteemente algumas das teses que partilhara com Singer (Madeira e Singer, 1973) ao advogar a inclusão do trabalho doméstico dentre a população economicamente ativa, uma vez que a autora conclui que são os critérios adotados pelas estatísticas oficiais dos países em desenvolvimento, provenientes dos países capitalistas industriais, um dos fatores responsáveis pelo obscurecimento do trabalho doméstico como uma atividade que contribui para a produção social. Com esta análise, a autora revê a ênfase demasiada que o artigo anterior (1973) concedia ao impacto do desenvolvimento das forças produtivas na constituição da força de trabalho feminina.

Outra discussão refere-se ao padrão geral de incorporação das mulheres na força de trabalho. Embora abraçando a hipótese de curva em U, o próprio Cisneros objetiva-lhe restrições quando observa que em lugar de propiciar uma maior integração social, o processo de desenvolvimento aumenta a clivagem étnica, propiciando o surgimento de conflitos raciais. Lélia Gonzalez fornece um argumento no mes-

mo sentido, ao interpretar que os efeitos da modernização da indústria têxtil, no caso do Brasil, propiciam a expulsão de mulheres deste setor, sendo as mulheres negras as primeiras a sofrer o processo, observando a dupla discriminação, sexual e racial, gerada pela mudança.

Uma restrição mais severa ao modelo refere-se à historicidade, quando se tenta aplicá-lo a uma variedade de casos. Prates e Taglioretti levantam dificuldades com relação à curva em U, observando que em casos de estancamento econômico, como o do Uruguai, as mulheres podem incorporar-se progressivamente à força de trabalho. As características do modelo da curva em U, com alta participação inicial de mulheres na economia agrária, seguida por uma progressiva destruição das atividades camponesas e artesanais, substituídas, em seguida, por um desenvolvimento industrial que novamente incorpora as atividades de mulheres, não se aplicam ao caso uruguaio. As autoras também rejeitam as hipóteses de que existam associações positivas entre determinadas características demográficas e as taxas de participação feminina na força de trabalho, uma vez que nem a idade, nem o estado civil, nem a fertilidade impedem as atividades femininas. Análises de outros casos, todavia, como o chileno e o brasileiro, sugerem que isto possa ocorrer (Fucaraccio, 1978; Rato, 1978). Rodrigues (1978) também relativiza a hipótese ao demonstrar que as mulheres de famílias operárias que desejam trabalhar fora deslocam o papel de mãe de família, ou componentes do mesmo, para uma filha, a fim de obter emprego. Cebotarev (1978), no mesmo sentido, aponta que, em determinadas situações de trabalho, a participação da mulher está condicionada pela idade da filha mais velha, e não da filha menor, como foi encontrado em países desenvolvidos.

Prates e Taglioretti observam que a participação de mulheres uruguaias na força de trabalho é baixa de início, pois a economia de gado exige pouca mão-de-obra e limita o acesso à terra, evitando que se desenvolva uma agricultura de subsistência, onde a mulher possui altas taxas de atividade no trabalho familiar, como é característica das sociedades camponesas.

Paralelamente, no contexto urbano, desenvolvem-se manufaturas que possibilitam o trabalho a domicílio, favorecendo a participação feminina. As atividades fabris que se constituem, relacionam-se com a indústria de tecidos e de vestuário, remunerando com baixos salários a mão-de-obra, propiciando, assim, o incremento da parti-

cipação feminina. O estancamento industrial não desencoraja a participação feminina, uma vez que a mão-de-obra masculina mais qualificada migra para o exterior.

A crítica ao modelo da curva em U realizada por Prates e Taglioretti possibilita a elaboração de alternativas teóricas para estudar a participação feminina na força de trabalho, deixando entrever outras modalidades de associação entre desenvolvimento ou, ao inverso, estancamento, e a incorporação da mulher na população economicamente ativa.

A hipótese do determinismo tecnológico freqüentemente vem associada a outros fatores. Uma variável que vem sendo correlacionada com o desenvolvimento sócio-econômico e a participação de mulheres na força de trabalho tem sido o nível educacional das mulheres, uma vez que a industrialização criaria demandas de mão-de-obra qualificada, aumentando as oportunidades de participação para aqueles com mais anos de estudo. Juan C. Elizaga (1974: 526-8) observa que na Argentina e Chile as taxas de participação feminina urbanas variam com o número de anos de escolaridade, apontando para a mesma tendência no caso do Brasil. Glaura Miranda verifica, ainda, com relação ao caso brasileiro, que a educação leva a maiores taxas de participação em ocupações remuneradas, embora nem sempre as atividades exercidas sejam compatíveis com o nível educacional atingido (1975: 33-4). Maria Helena Rato (1978) indica que há uma correlação estreita entre a participação feminina na força de trabalho e o grau de educação atingido, pois existe menor oferta de trabalhadores nos níveis de instrução mais altos, concluindo que a capacidade de absorção no mercado de trabalho diminui com o nível educacional dos trabalhadores.

Barroso e Mello (1975: 47-77) observam que o acesso à educação em nível superior significa um aumento da concentração de mulheres em carreiras consideradas femininas, observando a interferência de fatores culturais que modificam as determinações econômicas. Bruschini (1978) demonstra que esta concentração existe para todo o espectro de ocupações e não apenas para as que demandam educação em nível superior. Barrera (1978: 18) descreve o mesmo fenômeno para o caso do Equador. Miranda (1975: 33-4) considera, ainda, que o acesso à educação não significa igualdade salarial, uma vez que mulheres em profissões liberais possuem, em média, um salário cujo valor é menos da metade que o salário masculino. Barrera (1978: 14-6) encontra, em um estudo de caso realizado no Chile, que o determinan-

te principal dos salários da classe operária não é a educação, uma vez que as mulheres têm maior escolaridade e treinamento que os homens, recebendo, todavia, menores ganhos pelo seu trabalho. Maria Helena Rato, analisando o caso brasileiro, observa que a maioria das pessoas analfabetas são trabalhadoras por conta própria, percebendo, em época recente, até um salário mínimo. Os empregados, qualquer que seja o nível de instrução, auferem rendimentos mais baixos que os autônomos. A única exceção encontrada consiste nos empregados em zona rural, com mais de treze anos de estudo, que ganham mais do que os trabalhadores por conta própria.

Em outros lugares, a precariedade de dados quanto à pequena produção mercantil, particularmente em zonas rurais, pode levar a generalizações que escondem a participação de mulheres na força de trabalho, aponta Rojas (1978) seguindo uma observação de Standing (1976) sobre o trabalho feminino, agrícola, familiar, não remunerado. O autor, verificando uma hipótese derivada do caso colombiano, observa que, se tomarmos o número de horas de trabalho remunerado como indicador da participação feminina no mercado de trabalho, encontraremos, no caso da Nicarágua, que o maior acesso às ocupações que exigem um nível maior de instrução e, dotadas com maiores salários, não representa a existência de uma estrutura social mais igualitária de oportunidades para ambos os sexos. As mulheres na camada ocupacional mais alta tendem a trabalhar remuneradamente, em média, um pequeno número de horas (34 por semana), enquanto aquelas provenientes de baixos estratos ocupacionais tendem a trabalhar um número excessivo de horas (49 por semana).

A questão do exército industrial de reserva, do mercado informal de trabalho e da marginalidade do trabalho feminino

Acompanhando as previsões tendenciais sobre o impacto do desenvolvimento capitalista na força de trabalho feminina latino-americana, observa-se que as atividades de trabalho das mulheres passam a ser analisadas mediante a utilização de categorias tais como as de mercado de trabalho informal, subemprego, desemprego disfarçado e marginalidade, que apontam para a ausência de alguma coisa: os conceitos são aplicados pela sua conotação negativa, indicando que a situação de trabalho não possui uma forma definida, que não existe emprego, ou quase, e que a posição das mulheres na força de trabalho não é central.

A dificuldade no uso destes conceitos consiste na natureza residual dos mesmos, quando incorporam uma heterogênea variedade de atividades produtivas, conotando um certo grau de desorganização social relativo a um setor organizado da sociedade que se lhes é oposto. Pressupõe-se, assim, um mercado informal de trabalho, sem levar em consideração que as leis reguladoras do sistema de trocas, dentre as quais as de trabalho, não são necessariamente escritas e podem reger-se pelo costume, cabendo aos pesquisadores e pesquisadoras, portanto, descobri-las.² As categorias subemprego e desemprego, disfarçadas ou não, são caracterizadas tomando um ótimo de emprego originário do setor industrial e metropolitano, indicado pelo número de horas de trabalho, remuneradas em dinheiro.³ Formas de atividades produtivas aquém deste ótimo, mesmo se complementadas por outras atividades produtivas não remuneradas, recebem a mesma classificação. Também o conceito de marginalidade é empregado em oposição a um setor da produção que seria presumivelmente o central. Dentre outras significações, o conceito tem se referido à migração recente, sem integração no mercado de trabalho, ou às áreas onde populações de migrantes se localizam, significando também lugar de residência deteriorada, sem estatuto legal de ocupação. Critérios jurídicos, ecológicos, ou relacionados com a organização social são empregados para denotar o conceito que, muito embora seja criticado por alguns, ainda não foi suficientemente revisado, levando em consideração a posição na força de trabalho dos grupos sociais até agora englobados na noção ou em sua crítica.⁴ Assim as mulheres na força de trabalho são freqüentemente estudadas como participantes de um mercado informal ou como desempregadas ou subempregadas ou mesmo como marginais ao processo produtivo.⁵

2. Cf. Marcel Mauss, *Essais sur le Don, Sociologie et Antropologie*, Paris, PUF, 1978, pp. 145-269.

3. Conferir recente crítica de José Sérgio Leite Lopes, Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil, *Dados*, n. 18, 1978, pp. 135-57, sobre o uso dos conceitos de subemprego e desemprego.

4. Conferir as críticas elaboradas por Janice Perlman, *The myth of marginality*, Berkeley, University of California Press, 1976, e Manoel T. Berlink e Daniel Hogan, Social marginality or class relationships in the city of São Paulo? in Neuma Aguiar (ed.), *The structure of Brazilian development*, Rutgers, Transaction Books, 1979.

5. Cf. trabalhos apresentados à Conferência Women and Development, Wellesley, Massachusetts, 1976, na sessão sobre Mercado Informal do Trabalho. Ver, por exemplo, Lourdes Arizpe, Women in the informal labor sector, in Wellesley Editorial Committee (ed.), *Women and national development: the complexities of change*, Chicago and Londi, The University of Chicago Press, 1978.

Poucos trabalhos são devotados a averiguar a incorporação de mulheres na organização social da produção, conotando-a de forma positiva, identificando-lhe o formato, caracterizando-lhe o produto e a contribuição social, apesar da discriminação social que mulheres indubitavelmente sofrem. Vários artigos sobre mulheres na força de trabalho na América Latina preocupam-se com a organização social da produção que, em lugar de ser destruída pelo modo de produção capitalista, com ele coexiste, como demonstram as análises de Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1978); Schmucker (1978); Neto (1978); Hermitte e Segre (1978); Cebotarev (1978); Sautu (1978); Leal e Deero (1978); além do meu próprio trabalho (Aguilar, 1978).

Antes que se detalhe, neste ensaio, a contribuição alternativa que oferecem os estudos, será elaborada uma resenha das análises sobre trabalho feminino e a questão do exército industrial de reserva.

As mulheres são freqüentemente compreendidas como constituindo parte do exército industrial de reserva (Miranda, 1977: 2; Beechey, 1978: 187-95; Pena, 1981), ou mesmo, mediante a extensão do conceito para todo o tipo de atividade capitalista, o trabalho feminino é analisado como um exército de reserva para a produção capitalista (Saffioti, 1978: 19 e 51). Uma discussão sobre os conceitos de superpopulação relativa, marginalidade e exército industrial de reserva tornou-se clássica na literatura latino-americana (Nun, 1969; Cardoso, 1972).

Porém, não são apenas os trabalhos voltados para análises regionais os que têm apresentado interesse no debate com relação ao emprego do conceito para o estudo da força de trabalho, ou do contingente feminino dentro desta (Bruegel, 1979: 12-23; Molyneux, 1979: 26-7; Anthias, 1980: 50-63). A crítica elaborada por Cardoso (1972) sobre a ambigüidade, falta de referência empírica, bem como sobre a conotação utilitária do conceito de marginalidade, também se aplica ao do exército industrial de reserva (Anthias, 1980: 50-63).

Da mesma forma que as análises sobre o desenvolvimento da força de trabalho na América Latina, a categoria encontra-se intimamente associada com mudanças tecnológicas, efetuadas pelo capitalismo industrial, na composição da mão-de-obra. Marx cunhou o conceito contrapondo-o às interpretações derivadas de Malthus sobre os efeitos do crescimento natural da população, no emprego e nos salários (Cardoso, 1972: 142; Anthias, 1980: 51). O autor aponta que é o desenvolvimento técnico da produção capitalista, independente do crescimento

natural da população, o fator responsável pela criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, que se opõe, assim, à força de trabalho regularmente engajada na produção: o exército ativo (Marx, 1906: 699). Deve-se observar, contudo, que o crescimento absoluto da população também pode afetar o engajamento das mulheres na força de trabalho que porta consigo este desenvolvimento natural.

Marx considerou três modalidades de exército industrial de reserva: a flutuante, a latente e a estagnada (idem, p. 703). Podemos repassá-los aqui a fim de observarmos como são insuficientes para a análise do trabalho feminino, pois referem-se apenas ao nível econômico. O exército flutuante é representado pelas alterações decorrentes da introdução de mudanças técnicas que, por um lado, ocasionam a decadência de alguns setores da produção, tornando-os obsoletos, e, por outro lado, favorecem a criação de novos setores. Enumeram-se dois momentos dentro desta dinâmica: no primeiro, parte da população ativa é dispensada, tornando-se desempregada ou parcialmente empregada; no segundo, setores modernos vão surgindo e absorvem parcelas da população, disponíveis para o emprego capitalista. A população de reserva é considerada como flutuante, devido aos movimentos de repulsão e atração de mão-de-obra, estabelecidos pelo desenvolvimento capitalista (idem, p. 704).

A aplicação do conceito para grupos sexualmente ou racialmente diferenciados foi criticada por Anthias (1980: 50), que defende seu uso exclusivamente com relação ao proletariado como um todo, sem que se faça a identificação de subgrupos dentro do mesmo. Todavia, nada impede que se empregue um conceito para caracterizar grupos diferenciados específicos, como uma instância particular de uma situação mais ampla. A especificação permite a constatação empírica do fenômeno. A diferenciação sexual permite observar que embora o exército industrial de reserva flutuante possa ser claramente identificável pelo efeito da introdução de inovações tecnológicas (Bruegel, 1979: 16) que propiciam a constituição de populações desempregadas, particularmente no que se refere às mulheres, o mesmo não se dá com a identificação do contingente populacional em reserva, que passa a ser absorvido na população ativa, de mais difícil constatação.

A população deslocada pela mudança técnica em um determinado setor não é necessariamente a mesma que é alocada em setores novos criados pela dinâmica do desenvolvimento capitalista. A característica de flutuante entre o exército ativo e o de reserva não serve para

os que foram permanentemente deslocados. Isto pode ser o caso de boa parcela do contingente feminino. A indústria têxtil, no caso do Brasil, ao se renovar, não afetou apenas a população em geral, mas a população feminina em particular (Madeira e Singer, 1973: 37), sendo as mulheres negras as primeiras a serem atingidas no processo (Gonzalez, 1978). A diferenciação da população na força de trabalho, por sexo, deixa entrever que no Brasil houve um crescimento relativo constante da população masculina no secundário, enquanto que a população feminina apresenta decréscimos relativos de participação no mesmo setor (Madeira e Singer, 1973: 16 e 17; Bruschini, 1978). Fenômenos relativos à integração de mulheres na força de trabalho podem permanecer escondidos na dinâmica mais geral, porque a participação masculina é bem maior que a feminina.

Bruschini, para o caso brasileiro, seguindo uma linha de análise elaborada sobre a força de trabalho na Venezuela (Schminck, 1977: 1.193-227), aponta que a mão-de-obra feminina distribui-se por um contingente muito restrito de ocupações em comparação com a mão-de-obra masculina. Esta última ocupa um grande espectro de atividades. Desta maneira, a criação de novas ocupações não significa que mulheres possam conquistá-las, impedidas por fatores ideológicos, dentre outros, tornando-se, assim, inadequado considerá-las como componentes de uma reserva de força de trabalho, candidata ao emprego, nestes setores, a não ser que outros fatores intervenham, tornando-as conscientes e, assim, disponíveis para a participação social.

Dentre as três modalidades de exército industrial de reserva enunciadas mais acima, cabe analisar, agora, a que foi classificada por Marx como sendo latente, a fim de verificarmos a adequação de seu emprego com relação à mão-de-obra feminina latino-americana. O termo refere-se ao processo que é gerado pela transformação capitalista da estrutura agrária, provocando a expulsão da mão-de-obra rural que é colocada em disponibilidade para o trabalho, em manufaturas, nas zonas urbanas (1906: 705).

Algumas das contribuições analisadas neste ensaio são bastante elucidativas quanto: à penetração do capitalismo no setor agrário; aos deslocamentos que os trabalhadores rurais sofrem, afetando a mão-de-obra masculina e a feminina; bem como, às situações de disponibilidade para o emprego que são vivenciadas em consequência de processos migratórios [Leal e Deere (1978); Oliveira (1978) e Sauvu (1978)]. Estes trabalhos permitem avaliar a aplicação do conceito de

exército industrial de reserva latente, com relação às formações sociais na América Latina, particularmente no que diz respeito à análise do trabalho feminino.

Leal e Deere (1978), ao observarem a situação da economia colombiana, com relação ao mercado mundial, classificam-na de capitalista, destacando, porém, que existe um processo de penetração diferencial do capitalismo na estrutura agrária, pois há regiões que se insulam mais do que outras à penetração do mercado, uma constatação que elaboram mediante análise comparada de duas regiões rurais colombianas. A zona que caracterizam como detentora de uma agricultura mais comercial também é por elas classificada como sendo a mais capitalista, pois a outra tem suas atividades mais voltadas para a subsistência, sendo também considerada pelas autoras como sofrendo de processo de estagnação agrícola. Outra dimensão que utilizam para estudar o grau de penetração do capitalismo na agricultura refere-se à proletarianização da força de trabalho, indicada pela presença de relações de assalariamento da mão-de-obra. As autoras apontam para um fenômeno de particular importância, quando distinguem a situação proletária da camponesa, indicando a coexistência de relações de produção capitalistas e não-capitalistas, diferenciadas de acordo com a divisão sexual do trabalho, tanto na zona mais capitalizada quanto na mais estagnada.

O estudo de Oliveira (1978), realizado em uma zona do Brasil que sofreu intenso desenvolvimento capitalista, permite apontar que a existência de uma agricultura comercial não representa que ocorra, simultaneamente, um processo de proletarianização da força de trabalho. O cultivo do café, na região que analisa, constitui um exemplo deste fato, uma vez que a mão-de-obra imobilizada nas fazendas, mediante a concessão de moradia, trabalhava sem remuneração salarial. Laclau (1979) aponta que, embora atividades comerciais possam favorecer ao crescimento do capitalismo, podem, também, existir independentes deste, relacionadas a outros modos de produção.

No caso examinado por Oliveira (1978), a mudança das relações sociais na direção de um processo de proletarianização se efetua, apenas, quando a cana-de-açúcar passa a constituir a principal lavoura comercial, substituindo o café. Isto pode ter acontecido naquela área pela possibilidade de mecanização agrícola que a introdução do novo produto propiciou. Também Sautu aponta para a organização social peculiar de cada lavoura em zona de intensa capitalização agrícola na Argentina.

No trabalho de Oliveira (1978), a mudança de produto possibilita a contratação de mão-de-obra temporária para os cultivos, provocando a expulsão de famílias que antes residiam nas fazendas, passando a morar nas cidades vizinhas. A categoria de moradores, todavia, não é totalmente eliminada. As alternativas de emprego oferecidas pelo setor urbano provocam uma alteração nos contratos de mão-de-obra, na zona rural, pois as fazendas passam a individualizar e a assalariar a força de trabalho feminina. O local de residência não impede que trabalhos na área rural sejam executados pela mão-de-obra urbana, favorecendo que a força de trabalho feminina seja assalariada, pelas possibilidades de opção que as mulheres encontram no emprego doméstico remunerado, nas cidades. Embora a estrutura familiar não seja destruída no processo, a mão-de-obra feminina passa a ter suas horas de trabalho intensificadas pela superposição entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado.

Como as atividades domésticas concedem autoridade familiar às mulheres, observa Cebotarev, as camponesas dificilmente abrem mão do papel doméstico, quando encontram oportunidade de exercer papéis alternativos, optando, assim, pela sobreposição de papéis.

A remuneração do trabalho feminino, todavia, é feita de forma diferencial e discriminatória, em comparação com o trabalho masculino da mesma espécie (Allier, 1975: 133-4), aponta-nos outra análise do mesmo processo.

O trabalho de Sautu (1978) permite acompanhar a migração da mão-de-obra sazonal proveniente da própria Argentina, da Bolívia e do Paraguai. A autora, tal como Oliveira (1978), constata a presença de relações não-capitalistas na agricultura comercial observando, também como Leal e Deere (1978), que contratos de assalariamento são mais comuns entre as propriedades maiores.

Os contratos de assalariamento da força de trabalho, estudados por Sautu (1978), são realizados por empreiteiros que preservam a organização familiar do trabalho. Através desta, as mulheres percebem pouca ou nenhuma remuneração individual, uma situação diferente daquela que Oliveira encontrou. A análise de Sautu (1978) indica que os contratos de trabalho transitório favorecem a circulação de trabalhadores, entre propriedades e regiões, dependendo da época da safra.

Leal e Deere (1978) tomam como objeto o processo de diferenciação social na economia camponesa, apontando que em zonas mais

estagnadas a participação feminina em atividades produtivas é maior do que a que ocorre em zonas mais capitalizadas, pois naquelas existe um maior número de mulheres chefes de residência.

Comparando a divisão sexual do trabalho nas duas regiões que estudaram, as autoras observam que na zona mais capitalizada, onde a atividade principal resulta da venda de força de trabalho, o cultivo das unidades de exploração camponesa pelo trabalho familiar constitui uma atividade secundária: os homens exercem mais as atividades assalariadas, enquanto as mulheres exercem mais as atividades camponesas. Já nas zonas mais estagnadas, onde a atividade principal consiste no cultivo de unidade de exploração, mediante contratos de parceria, as atividades camponesas são mais exercidas pelos homens, enquanto as mulheres dedicam-se mais a trabalhos assalariados, particularmente ao emprego doméstico, uma atividade secundária na região.

Descrevendo dinâmicas tão distintas para as duas localidades, Leal e Deere (1978) estudam as duas atividades de trabalho feminino como indicadoras de um exército industrial de reserva, deparando-se, assim, com as limitações do conceito, uma vez que o esforço de diferenciação e especificação das atividades de trabalho da mulher rural, empreendido pelas duas autoras, fica escondido pela conotação de que estas mulheres possuem apenas uma potencialidade latente de participação no exército ativo, apesar do trabalho que efetivamente desenvolvem como camponesas ou proletárias.

Vejamos como Sautu (1978) compreende duas situações equivalentes às estudadas por Leal e Deere (1978). A autora analisa o trabalho familiar em zonas de cultivo mais capitalizadas e em outras onde predomina a pequena produção, considerando a pequena e a grande produção como complementares, empregando uma estratégia de análise semelhante à que foi adotada por Moacir Palmeira (1979), quando estudou a agricultura canavieira no Nordeste do Brasil. O autor engloba como partes de um mesmo conjunto: a pequena produção, as grandes propriedades e a rede de intermediárias que articula a produção camponesa com a transformação industrial do produto no interior das grandes propriedades, também incluída no sistema. Em contraste com o processo de penetração do capitalismo na agricultura canavieira, encontrado por Oliveira (1978) ao Sul do Brasil, Palmeira analisa o cultivo da cana-de-açúcar em uma região empobrecida, considerando-a como componente de um modo de produção secundário ao capitalismo: o sistema de *plantation* (Palmeira, 1971). O estudo de Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1978) nesta coletânea faz

parte do conjunto de pesquisas coordenado por Palmeira. A situação analisada por estes autores permite ainda um contraste com o resultado das investigações de Oliveira (1978). Quando os pequenos produtores se vêem obrigados a deixar a área rural, estabelecendo-se nas cidades, em lugar de procurar trabalho assalariado, buscam conseguir terras para assegurar o cultivo da subsistência.

Sautu (1978) não se refere à mão-de-obra feminina na zona mais capitalizada como constituindo parte de um exército de reserva, atribuindo esta característica, apenas, ao trabalho familiar nas zonas minifundistas, incluindo tanto homens quanto mulheres. Essas áreas fornecem mão-de-obra sazonal nas épocas de safra para as propriedades das regiões vizinhas, sendo consideradas, assim, como provedoras de mão-de-obra, enquanto os latifúndios transferem os custos de manutenção da força de trabalho mediante uma dinâmica não-capitalista, uma vez que o custo de reprodução da força de trabalho não está incluído nos salários. Voltaremos a esta questão mais adiante, pois ela limita as possibilidades de emprego do conceito de exército de reserva para com estes setores, cuja dinâmica de crescimento populacional não se relaciona com a do modo de produção capitalista, mas com a de outros modos de produção.

A análise elaborada por Sautu deixa entrever que, embora situações de crise possam ser resolvidas mediante os processos capitalistas clássicos descritos por Marx, segundo os quais inovações tecnológicas introduzidas na agricultura possibilitam a exclusão de uma parcela da força de trabalho, soluções não-capitalistas também podem ser acionadas, mediante a imobilização da mão-de-obra, pelo emprego da coerção. As obrigações que os trabalhadores contraem para com os proprietários de terra, que os imobilizam em terras desmembradas de seus latifúndios, são exemplos destas formas coercivas que derivamos do trabalho de Sautu (1978). Associamos estes exemplos a uma sugestão elaborada por Nun (1969: 182-4), segundo a qual cada modo de produção possui uma dinâmica própria de constituição de uma superpopulação relativa (Laclau, 1969: 19-56). Althusser (1967), citando Marx, já se havia referido a estas formas de coerção no modo de produção feudal, quando observou que a forma econômica de exploração do sobretrabalho pode, também, tornar-se uma forma de coerção política dos camponeses.

Marx, ao enunciar o conceito de exército industrial de reserva, contudo, refere-se apenas ao modo de produção capitalista, inclusive no que diz respeito às especificações da categoria, tal como no que qua-

lifica de exército industrial de reserva estagnado (Marx 1906: 705). O autor caracteriza este segmento por uma jornada com duração acima da média, baixos salários e oferta irregular de emprego. Portanto, os trabalhadores que aí se incorporam vendem sua força de trabalho em troca de salários, denotando, assim, a presença de relações de produção capitalistas. Nun (1969: 199) observa que uma das principais características do capitalismo moderno consiste na capacidade de incorporação de conhecimentos científicos e de inovações tecnológicas que impedem a absorção crescente da força de trabalho deslocada. O autor observa que isto se dá, apesar do crescimento da economia. Porém, a dinâmica de constituição desta superpopulação relativa difere daquela enunciada mais acima, envolvendo o trabalho familiar não-remunerado, contratos de moradia estabelecidos pelas grandes propriedades como forma de fixação da mão-de-obra ou, ainda, relações de endividamento manipuladas com referência aos trabalhadores rurais, possuindo essa mesma finalidade.

Estes vários mecanismos podem aparecer articulados (Rey, 1973; Carter, 1978: 47-77), cabendo, assim, deslindá-los, em lugar de atribuí-los apenas à dinâmica do modo de produção capitalista, pois isto é feito quando são empregadas as categorias de exército industrial ativo e exército industrial de reserva, derivadas deste modo de produção. Velho (1976) observa que a destruição da pequena produção mercantil pelo modo de produção capitalista ocorre apenas parcialmente, pois o que realmente se verifica é um processo de subordinação da pequena produção ao capital mediante os mecanismos de acumulação primitiva (Velho, 1976: 50-60). Bartra (1978: 50) observa que indústrias domésticas podem organizar-se mediante o uso de trabalho familiar, explorado segundo um processo que Marx classificou em épocas anteriores à constituição do capital industrial, podendo, pela continuidade que atualmente apresenta, ser denominado de acumulação primitiva permanente.

Schmuckler (1978) também demonstra que o surgimento do grande comércio de produtos alimentícios, efetuado por intermédio de supermercados, caracterizados por uma organização capitalista, não elimina o pequeno comércio de pequenos armazéns. Grande e pequeno comércio se articulam. O pequeno comércio é empurrado para as camadas de baixa renda da população, operando mediante mecanismos de endividamento, que encarecem os custos dos produtos, em lugar de barateá-los. A construção de redes de relações pessoais caracterís-

ticas do pequeno comércio torna estes mecanismos inoperantes junto ao grande comércio.

Hermitte e Segre (1978) apontam que o trabalho das artesãs por elas estudado depende de financiamentos através de mecanismos de usura, que operam em situações onde o capital é escasso. Setores um pouco mais abastados fornecem crédito em troca do produto final que ao comercializá-lo, extraem um excedente, no processo. Como a maioria dos riscos é assumida pelas produtoras de mercadorias, o investimento é considerado compensador, apesar da baixa produtividade do trabalho.

Embora a subordinação do grupo se reproduza, mudanças ocorrem tal como a que se efetua com relação à posição do domicílio: as artesãs do passado elaboravam tecidos na residência dos patrões, enquanto as atuais os confeccionam no próprio domicílio.

A unidade da pequena produção mercantil é o grupo doméstico familiar que cultiva bens para o autoconsumo, mediante o esforço físico de seus membros, que podem também engajar-se em outras atividades, como: o artesanato, a indústria caseira e o pequeno comércio. O recurso principal das unidades familiares consiste na força de trabalho, cuja produtividade varia, segundo o tamanho da família, o número de membros capazes de trabalhar e a quantidade de trabalho despendida por cada membro para a elaboração de uma quantidade determinada de produtos (Chayanov, 1966; Thorner, 1971).

Enquanto no modo de produção escravista a subsistência de escravos é propiciada pelos seus proprietários, no modo de produção pequeno-mercantil os camponeses cultivam a terra para prover a própria subsistência. Quando o acesso à terra é limitado ou pela quantidade de terra disponível (Chayanov, 1966: 7) ou por fatores políticos (Velloso, 1976), tende a produzir-se um fenômeno de superpopulação (Chayanov, 1966).

Beatriz Schumukler (1978), embora questione a tese de que situações de crise econômica resultem na estagnação ou na eliminação da pequena produção mercantil, uma vez que as famílias manipulam os papéis de trabalho feminino, enviando as mulheres ao mercado, também observa que as crises que colocam em risco o negócio decorrem de doença na família. Este tipo de crise pode resultar na diminuição do consumo familiar, quando as atividades desenvolvidas por aquele membro são insubstituíveis pelas de outro.

Hermitte e Segre (1978) apontam que não apenas a doença, mas também a morte, o casamento e a migração podem afetar a subsistência ou os padrões de consumo do grupo familiar.

Carmen Barroso (1978) aponta para o fenômeno, também citado por Stan D'Souza (1978), Leal, Deere e Schmuckler, e observado anteriormente por Buvinic e Youssef (1978), de que as residências chefiadas por mulheres estão intimamente ligadas à pobreza. Na América Latina, em comparação com os países desenvolvidos (vide o trabalho de Stan D'Souza (1978)), a chefia de famílias permite exibir uma situação social de carência que afeta particularmente as mulheres. Isto não quer dizer, contudo, que na América Latina a adoção do conceito de chefe de família não esconda, nas situações onde os dois cônjuges estão presentes, responsabilidades das mulheres, particularmente quanto ao sustento da casa, freqüentemente representado como ajuda (Heredia, Garcia e Garcia Jr., 1978).

As modificações na contabilidade do trabalho feminino, portanto, não devem propiciar que as mulheres chefes de residência sejam escondidas, mas devem possibilitar que apareça a contribuição efetiva oferecida pelas mulheres para o sustento da residência.

Oberva-se, assim, que fatores demográficos vinculados à organização familiar da subsistência podem resultar no empobrecimento de grupos doméstico-familiares. Podemos observar que estes componentes se distinguem daqueles enunciados por Marx, também associados ao conceito de exército industrial de reserva. O autor associou o empobrecimento com o desemprego ou com o deslocamento do setor rural. Marx observa que a constituição desta camada de empobrecidos limita as aspirações salariais dos que permanecem plenamente engajados no exército ativo (1906: 707). O autor distingue várias categorias dentre a camada pauperizada: em primeiro lugar, identifica aqueles que, embora ainda não pertençam à reserva, são filhos dos que já pertencem a esta categoria, sendo, portanto, candidatos à posição juntamente com os órfãos. Em segundo lugar apontam-se aqueles que não possuem capacidade física ou de adaptação ao engajamento ativo na força de trabalho, como os que possuem defeitos físicos, ou são muito idosos (pp. 706-7). Pode-se acrescentar, ainda, aqueles que sofreram intenso processo de desqualificação profissional sem possibilidades de readaptação. Marx distingue do estrato dos pobres um outro composto por criminosos, vagabundos e prostitutas, "as classes perigosas" (p. 707).

O trabalho de Zahidé Machado Neto (1978) toma uma parcela da camada social pauperizada que elabora trabalhos a domicílio: as meninas residentes em uma favela de Salvador, Bahia, Brasil. A autora aponta que uma característica importante do trabalho a domicílio reside no fato de que este se esconde facilmente no trabalho doméstico. O caso das meninas relaciona-se com a produção e comercialização de bens, que algumas vezes consistem na extensão da produção de alimentos ou de artigos para o vestuário, destinados ao autoconsumo. A transformação destes bens pertence à categoria de trabalho a domicílio. O emprego doméstico também faz parte do arsenal de pequenas atividades desenvolvidas pelas meninas.

Caso o conceito de exército industrial de reserva fosse aqui empregado para compreender as inúmeras situações de trabalho que são assim consideradas, seria possível observar que mudanças substantivas na inserção de contingentes populacionais no aparato produtivo resultam sempre na situação de reserva. Tomando-se o exemplo do deslocamento de contingentes de famílias de camponeses para as cidades que passassem a trabalhar em serviços domésticos, constataríamos apenas a mudança de uma posição de reserva para outra. Caso incorporássemos ainda a sugestão de Beechey (1978: 190), em que as mulheres casadas também constituem um exército de reserva para o modo de produção capitalista, as camponesas trasladadas da área rural, empregadas em casas de família que deixassem o emprego para se casarem, nem assim deixariam de fazer parte do exército de reserva, e se passassem a fazer marmitas ou roupas para fora, em situação similar à estudada por Zahidé Machado Neto (1978), apesar da variada história de vida ocupacional, jamais deixariam de pertencer à mesma categoria. O conceito de exército industrial de reserva foi de tal maneira estendido, compreendendo uma tal complexidade de situações que o seu emprego torna-se redundante particularmente para a descrição de algumas modalidades de deslocamentos posicionais das mulheres no interior do aparato produtivo.

A especificação do contexto doméstico como um espaço de trabalho

Os trabalhos analisados neste ensaio, embora eventualmente possam empregar noções vinculadas ao conceito de exército industrial de reserva ou de mercado de trabalho informal, oferecem alternativas com o sentido de dar constituição à organização social onde o trabalho feminino se insere.

A casa pode ser eleita como um lugar privilegiado de observação, pela variedade de posições que ocupa em diferentes estruturas produtivas, que coexistem com o capitalismo. Ela pode ser um instrumento de produção, um meio de subsistência e um meio de coerção ao trabalho. Na casa pode ser organizada uma produção que se destina tanto ao consumo de seus residentes, quanto ao consumo externo a seus limites. A reflexão sobre o lugar da casa em distintos modos de produção leva-nos a diferenciar entre os conceitos de trabalho e de emprego, deixando entrever as seguintes categorias de atividades elaboradas neste contexto: trabalho doméstico, trabalho a domicílio, emprego doméstico e indústria caseira.

Quando a casa constitui uma unidade produtiva onde se efetua a transformação de alimentos destinada ao comércio e à subsistência como um trabalho a domicílio, torna-se possível conceituar como produtivo o trabalho realizado neste contexto (Neto, 1978), desde que o parâmetro tomado como referência seja a produção pequeno-mercantil. Embora Marx objete que, do ponto de vista da produção capitalista, o trabalho a domicílio deva ser considerado como improdutivo, acreditamos que o qualificativo deva ser especificado, dadas as conotações pejorativas que o conceito pode adquirir com relação ao trabalho feminino. Observamos, assim, que o trabalho realizado em casa é improdutivo de capital, embora possa contribuir para a produção capitalista mediante a venda de tempo de trabalho, gerado pela divisão sexual e geracional do trabalho no contexto doméstico (Aguiar, 1978; Cebotarev, 1978; Rodrigues, 1978; Neto, 1978).

A posição da casa na estrutura produtiva permite situar as atividades do grupo doméstico e analisar um dos principais tópicos em discussão sobre o sexismo nas estatísticas quanto à participação feminina na força de trabalho (Barroso, 1978; D'Souza, 1978; Leal e Deere, 1978; Aguiar, 1978), uma vez que os censos e as amostras domiciliares nacionais costumam tomar como fonte de informações entrevistas realizadas com os donos de casa ou chefes de residências. A figura patriarcal, presente em vários modos de produção, assume características diferenciais em cada um, podendo afetar a própria coleta de dados estatísticos, uma importante fonte de informações na sociedade moderna.

A análise das atividades do grupo domiciliar, em casa e fora dela, possibilita elaborar um modelo que se ajusta não apenas ao trabalho camponês, mas também à pequena produção mercantil em zonas citadinas, excetuando-se apenas as situações que se relacionam com o

cultivo da terra, e, enfim, com o trabalho capitalista. A delimitação do espaço e as formas de utilização do tempo são dimensões que podem ser empregadas no estudo de várias outras configurações de trabalho, até mesmo com relação à dimensão doméstica de famílias operárias (Arakcy Martins Rodrigues, 1978).

Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1978) estudam as unidades domésticas camponesas, analisando o trabalho familiar, demarcado pela oposição entre a casa e a parcela arrendada para o cultivo da subsistência. Enquanto o trabalho em casa é considerado como sendo de atribuição feminina, o realizado na parcela, embora contando com a participação da mulher, é considerado como atribuição masculina. A parcela é dividida em espaços coletivos e individuais. Critérios de idade são utilizados para alocar subparcelas de terra aos filhos, socializando-os para o trabalho coletivo. A responsabilidade pelo trabalho na parcela confere autoridade: o cultivo da produção maior ou dos bens considerados mais essenciais para a subsistência cotidiana, pelas famílias camponesas, como o gado e a farinha de mandioca, são atribuídos aos homens, enquanto às mulheres cabe a produção de verduras e da pequena criação. A comercialização dos produtos é primordialmente realizada por homens, enquanto as mulheres são relegadas à esfera doméstica por rígidos padrões de controle da sexualidade.

Cebotarev (1978) aponta que o exercício dos papéis conjugal, materno e doméstico constitui uma dimensão que reforça a identidade da mulher camponesa, aumentando o seu *status* e poder. Portanto, a responsabilidade pela esfera doméstica também concede autoridade familiar.

Por exercício do papel doméstico a autora refere-se às atividades domésticas, mais freqüentemente voltadas para a aquisição e preparo de alimentos para a família. Seguem-se as atividades relacionadas com a limpeza da cozinha e da casa, menos flexíveis pois necessitam ser realizadas cotidianamente, ocupando boa parte do tempo das mulheres camponesas. Outros projetos e estudos de orçamento de tempo foram ou estão sendo realizados no Brasil e em outros países latinos (Aguiar, 1982; Brito e Neto, 1982; Farias, 1982; Figueiredo, 1982; Saffioti e Ferrante, 1982). As atividades relacionadas com o papel materno e que se referem aos cuidados e à lactância dos bebês são consideradas flexíveis, pela autora, pois são facilmente combinadas ou alternadas com outras tarefas. As mulheres também contam com a ajuda dos

filhos mais velhos para exercê-las. As consideradas como as mais flexíveis de todas relacionam-se com os cuidados efetuados com as roupas em dias específicos da semana, não necessitando dedicação cotidiana. Outro aspecto que adiciona maleabilidade a estas tarefas consiste no fato de que podem ser delegadas a terceiros, sendo exercidas fora da unidade doméstica, mediante contrato. Rendon e Pedrero (1975) para o caso mexicano consideram um conjunto de atividades domésticas das mulheres, bastante próximas dessas.

Cebotarev (1978) também considera outro conjunto de atividades, não diretamente ligadas ao papel doméstico, mas que contribuem para o sustento da família, tais como as realizadas em pequena escala, na produção caseira de alimentos, na indústria caseira e nos trabalhos em serviços. A autora compreende, em conjunto com estas, a criação de aves e animais, o cultivo de hortaliças e a colaboração com os homens nos trabalhos agrícolas maiores. Cebotarev (1978) aponta que, embora mulheres cooperem com homens no trabalho agrícola, considerado como um trabalho essencialmente masculino, não existe reciprocidade dos homens em termos de cooperação para com os trabalhos domésticos. Estes, bem como as atividades comerciais, dentre as quais contam-se a aquisição de mercadorias e a venda dos produtos elaborados em casa, são mais esporádicos do que as atividades domésticas que fazem parte da vida cotidiana, sendo computadas com maior frequência.

A autora chega a enumerar quatro padrões de atividades de mulheres camponesas, desde o conjunto de tarefas mais voltadas para a esfera doméstica, até aquelas mais orientadas para fora de casa. Zahidé Machado Neto (1978), seguindo Juliet Mitchell, acrescenta às dimensões elegidas por Cebotarev, para a análise das atividades femininas, a sexualidade e a socialização dos filhos, como aspectos que completam o elenco de dimensões da existência feminina.

Arakcy Martins Rodrigues (1978) volta-se para o modo de produção capitalista, tomando como objeto de estudo a unidade doméstica da família operária. A autora analisa os papéis, de acordo com a etapa do ciclo vital, a composição etária e a relação entre mantenedores e mantidos no grupo familiar. Rodrigues (1978) observa que os papéis de mãe e de chefe de família não são fixos, ponderando que o primeiro pode ser decomposto segundo os seus encargos, tais como o preparo de refeições e marmita, a guarda da casa, o apoio afetivo, a socialização dos filhos, entre outros, sendo parcialmente compartilhados com a filha mais velha quando a mãe trabalha fora de casa.

A enumeração deste conjunto permite a especificação do trabalho feminino, evitando as deficiências referidas acima, quando as atividades das mulheres são enunciadas como um resíduo. Estas dificuldades são geradas quando conceitos demasiadamente genéricos são empregados com relação a uma variedade imensa de situações que, devido ao agrupamento heterogêneo, aparecem indiferenciadas na análise do trabalho feminino.

A negligência destes aspectos pode redundar no risco de que a proposta de elevação da participação feminina na força de trabalho, que toma como referência apenas o modo de produção capitalista, tenha como conseqüência, tão-somente, elaborar uma análise que considere apenas a potencialidade de incorporação de mulheres no exército ativo, em detrimento de outra em que se verifique a contribuição feminina atual.

Acreditamos, todavia, que uma das principais contribuições que o livro pode oferecer consiste em subsídios para a ação política de grupos interessados em elevar a participação de mulheres mediante uma análise da composição da força de trabalho que retrate de maneira adequada a contribuição de setores, cuja atividade vinha sendo pobremente retratada.

Bibliografia

- ABREU, Alice de Paiva; SILVA, Maria da Glória Ribeiro & CAPPELIN, Paola. *A força de trabalho feminina em áreas urbanas na América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- AGUIAR, Neuma. *Casa e modo de produção*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- . *Orçamentos de tempo em perspectiva comparada*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22 out. 1982.
- ALLIER, Verena Martinez. Qual a mulher que merecemos? Cadernos de Pesquisa, *Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, n. 15, dez. 1975.
- ALTHUSSER, Louis *et alii*. *Lire le capital*. Paris, Maspero, 1967.
- ANTHIAS, Floya. Women and the reserve army of labor: a critique of Veronica Beechey. *Capital and Class Theory and Politics*, Special Issue, n. 10, 1980.

- ARIZPE, Lourdes. Women in the informal labor sector. In: Wellesley Editorial Committee (ed.). *Women and national development: the complexities of change*. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1976.
- BALMACEDA, Vilma Vargas. *Peru: diagnostico laboral feminino*. Proyecto 102: Seminário sobre a Formação Profissional de la Mujer Trabajadora. Lima, Ministério de Trabajo, Dirección General del Empleo, 1976.
- BARRERA, Manuel. *Diferencial salariales entre hombres y mujeres en América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- BARROSO, Carmem Lucia de Melo & MELLO, Guiomar Namó. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa, Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, n. 15, dez. 1975.
- BARROSO, Carmen. *Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- BARTRA, Roger. *Estructura agraria y clases sociales en México*. México, Ediciones Era, 1978.
- BEECHY, Veronica. Women and production: a critical analysis of some sociological theories of women's work. In: KUHN, Annette & VOLPE, Ann Marie (eds.). *Feminism and materialism*. Londres, Routledge and Keagan Paul, 1978.
- BERLINCK, Manoel T. & HOGAN, Daniel. Social marginality of class relationships in the city of São Paulo? In: AGUIAR, Neuma (ed.). *The structure of Brazilian development*. Rutgers, Transaction Books, 1979.
- BRITTO, Alda & NETO, Zahidé Machado. *Tempo de mulher, tempo de trabalho: um estudo entre mulheres proletárias em Salvador*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22 out. 1982.
- BRUEGEL, Irene. Women as a reserve army of labor. *Feminist Review*, n. 3, 1979.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Sexualização das ocupações: o caso brasileiro*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- BUVINIC, Mayra Youssef; NADIA F. & VON ELM, Barbara. *Women headed households: the ignored factor in development planning*. Washington, D.C., International Center for Research on Women, inédito, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- CARTER, Aidan Foster. The modes of production controversy. *New Left Review*, 1978.
- CARVALHO, Maria Luiza & SILVA, Rosa M. Ribeiro. *O trabalho feminino em áreas rurais da América Latina: uma revisão da literatura*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

- CEBOTAREV, E. A. *Organización del tiempo de actividades domésticas y no-domésticas de mujeres campesinas en Latino América*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- CISNEROS, Antonio J. *Participación económica y movilidad social femenina en el contexto socio-cultural de Bolivia*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: THORNER, D.; KERBLAY, B. & SMITH, R. (eds.). *A. V. Chayanov on the theory of peasant economy*. The American Economic Association, Homewood, Illinois, Richard D. Irwin, 1966.
- D'SOUZA, Stanislas. *Head of household, sex based stereotypes, sex biases and national data systems*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- DURAND, John D. *The labor force in economic development*. Princeton, Princeton University Press, 1975.
- ELIZAGA, Juan C. The participation of women in the labor force in Latin America. *International Labor Review*, 109, 5-6, maio-jun. 1974.
- FARIAS, Zaira Ary. *Aspectos relacionados com a situação da mulher dona-de-casa face ao trabalho doméstico e extra-doméstico*. Trabalho apresentado no III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1979.
- . *Contribuições recentes para o estudo de orçamentos de tempo: uma resenha*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22, out. 1982.
- FIGUEIREDO, Mariza de Athayde. *Orçamentos de tempo: método aplicado pelas ciências sociais nas pesquisas de campo*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22, out. 1982.
- FUCARACCIO, Angel. El trabajo femenino en Chile: un estudio de caso de las áreas urbanas. In: COVARRUBIAS, Paz & FRANDO, Rolando (eds.). *Chile: mujer y sociedad*. Santiago, Unicef, 1978.
- GALEANO, Luis A. *Las mujeres como proveedoras de fuerza de trabajo en el Paraguay*. Asunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1977.
- GALEANO, Luis A. & MORINGO, José N. Cambios en las características económicas y la demanda de la fuerza de trabajo femenina en el Paraguay. Asunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, ms., 1978.
- GONZALES, Lélia de A. *Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?* Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

- HERÉDIA, Maria Beatriz Alásia; GARCIA, M. France & GARCIA JR., A. R. *El lugar de la mujer en unidades domesticas campesinas*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- JELIN, Elizabeth. La mujer y el mercado de trabajo urbano. *Estudios Cedes*, vol. 1, n. 6, 1978.
- LACLAU, Ernesto. Modos de producción, sistemas económicos y población excedente: aproximación histórica a los casos argentino y chileno. *Revista Latinoamericana de Sociología*, n. 5, 1969.
- . Feudalismo e capitalismo na América Latina. In: *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LATTES, Zulma R. & WAINERMAN, Catalina H. Empleo femenino y desarrollo económico: algunas evidencias. *Desarrollo Económico*, n. 66, 1977.
- LEAL, Magdalena L. & DEERE, Carmen D. Estudios de la mujer rural y el desarrollo del capitalismo en el agro colombiano. *Demografía y Economía* XII, 1 (34), 1978.
- LENERO, Maria del Carmen Elu. Women's work and fertility: Mexico. In: NASH, June & SAFA, Helen (eds.). *Sex and class in Latin America*. New York, Praeger, 1976.
- LOMNITZ, Larissa. *Como sobrevivem los marginados*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1975.
- LOPES, José Sérgio Leite. Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil. *Dados*, n. 18, 1978.
- MACHADO NETO, Zhaidé. *As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente em família operária*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- MADEIRA, Felicia R. & SINGER, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos Cebrap*, n. 13, 1973.
- MADEIRA, Felicia R. El trabajo de la mujer en Fortaleza. *Demografía y Economía*, XII, 1 (34), 1978.
- MARX, Karl. *Capital: a critique of political economy*. New York, The Modern Library, 1906.
- . *O capital*, livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MAUSS, Marcel. Essais sur le don. *Sociologie et Anthropologie*. Paris, Presse Universitaire de France, 1968.
- MARULANDA, Nohra Rey. La unidad reproducción-producción en las mujeres del sector urbano en Colombia. *Desarrollo y Sociedad*, n. 7, jan. 1982.
- MIRANDA, Glaura V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades económicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa, Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, n. 15, dez. 1975.

- MIRANDA, Glaura V. Women's labor force participation in a developing society: the case of Brazil. In: Wellesley Editorial Committee (eds.), *Women and national development: the complexities of change*. Chicago, The University of Chicago Press, 1977.
- MOLYNEUX, Maxine. Beyond the domestic labor debate. *New Left Review*, n. 116, jul.-ago. 1979.
- NUN, José. Superpoblación relativo, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 5, n. 2, 1969.
- OLIVEIRA, M. C. *A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino em Pederneiras*, São Paulo. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalismo*. These du 3ème Cycle. Paris, Université René Descartes, 1971.
- . The aftermath of peasant mobilization: rural conflicts in the Brazilian Northeast since 1964. In: AGUIAR, Neuma (ed.), *The structure of Brazilian development*. New Brunswick, Transaction Books, 1979.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PERLMAN, Janice. *The myth of marginality*. Berkeley, University of California Press, 1976.
- PRATES, Suzana & TAGLIORETTI, Graciela. *Participación de la mujer en el mercado de trabajo uruguayo: características básicas y evolución reciente*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- RATO, Maria Helena. *A participação feminina na população ativa frente às necessidades do sistema produtivo no Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- RENDON, Teresa & PEDRERO, Mercedes. La mujer trabajadora. Instituto Nacional de Estudios de Trabajo e Congreso del Trabajo. *Cuadernos del Trabajo*, n. 5, México, 1975.
- REY, Pierre Philip. *Les alliances de classes: sur l'articulation des modes de production*. Paris, Maspero, 1973.
- ROJAS, Antonio Y. *La estructura ocupacional de la fuerza de trabajo femenina en Nicaragua: 1950-1977*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- RODRIGUES, A. M. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- SAFFIOTI, H. & FERRANTE, Vera Botta. *Trabalhadoras rurais: exclusão e participação*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22, out. 1982.

- SAUTU, Ruth. *Formas de organización agraria, migraciones estacionales y trabajo femenino*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- SCHMINK, Marianne. El desarrollo dependiente y la división del trabajo por sexo: Venezuela. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 39, n. 4, 1977.
- SCHMUKLER, Beatriz E. *Mujer y familia comerciante*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1980.
- STANDING, Guy. Education and female participation in the labor force. *International Labor Review*, vol. 114, n. 3, 1976.
- THORNER, Daniel. Peasant economy as a category in economic history. In: SHANIN, Theodor (ed.). *Peasant and peasant societies*. Middlesex, Penguin Modern Sociology Readings, 1971.
- VARGAS, Delma Del Valle. Factores determinantes de la participación de la mujer en el mercado de trabajo. Lima, Dirección General del Empleo, Oficina Técnica de Estudios de Mano de Obra del Ministerio de Trabajo, 1977.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- VERA, David F. & LAIRD, Judith. *Metodología empleada en la encuesta del perfil socioeconómico de la mujer rural en el Paraguay*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.